

STJ00112134

CARLOS EDUARDO ADRIANO JAPIASSÚ  
THOMAZ JEFFERSON CARVALHO  
NATHÁLIA SANTOS VERAS  
ORGANIZADORES

# DITADURA MILITAR E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

BOOKS BY  
AUTHORS 

Livro também disponível na plataforma  
[www.booksbyauthors.com](http://www.booksbyauthors.com)

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br  
Diagramação e Capa: Editora Thoth  
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga  
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes  
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

### Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

---

1193948

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ditadura militar e justiça de transição /Organizadores: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Thomaz Jefferson Carvalho, Nathália Santos Veras . – Londrina, PR: Thoth, 2021.  
212 p.

Inclui bibliografias.  
ISBN 978-65-5959-005-6

1. Direito. 2. Justiça de Transição. 3. Ditadura Militar. 4. Anistia. 5. Título. I. Japiassú, Carlos Eduardo Adriano. II. Carvalho, Thomaz Jefferson. III. Veras, Nathália Santos .

CDU 342.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos e liberdades fundamentais.

Direitos humanos. Direitos e deveres do cidadão : 342.7

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11

### CAPÍTULO 1

**Carlos Eduardo Adriano Japiassú**

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.....	17
Introdução .....	17
1 Justiça de transição: noções e aspectos .....	18
2 Fases da justiça de transição .....	21
2.1 Primeira fase .....	21
2.2 Segunda fase .....	24
2.3 Terceira fase .....	28
3 Os princípios de Chicago.....	34
4 Justiça de transição no Brasil .....	35
Conclusão .....	44

### CAPÍTULO 2

**César Augusto R. Nunes**

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E EDUCAÇÃO: A ESSENCIALIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO COMO FUNDAMENTO DA RECONSTRUÇÃO SOCIAL.....	47
Introdução .....	47
1 Princípio Nº 5 de Chicago .....	50
Considerações finais .....	58
Referências bibliográficas .....	60

### CAPÍTULO 3

**Eujecio Coutrim Lima Filho**

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: BREVE ABORDAGEM ACERCA DO SÉTIMO PRINCÍPIO DE CHICAGO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA NO QUE DIZ RESPEITO AO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS POLICIAIS.....	61
1 Princípios de Chicago e justiça de transição .....	61
2 Aspectos relevantes do contexto brasileiro .....	64

3 Atribuições dos órgãos policiais brasileiros e efetivação de direitos humanos.....	67
4 Observações acerca da segurança pública no Estado de Minas Gerais ....	71
Referências.....	75

## **CAPÍTULO 4**

**Nathália Santos Veras**

APLICAÇÃO DO 6º PRINCÍPIO DE CHICAGO À REALIDADE BRASILEIRA: O CASO DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA MILITAR.....	77
Introdução .....	77
1 O 6º princípio de Chicago .....	78
2 Do integracionismo ao interculturalismo .....	80
3 As violações dos direitos dos povos indígenas na ditadura militar.....	84
4 Aplicação do 6º princípio de Chicago aos povos indígenas brasileiros ....	87
Considerações finais .....	91
Referências .....	92

## **CAPÍTULO 5**

**Paulo Gomes de Lima Junior**

A MEMORIALIZAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.....	97
Introdução .....	97
1 Eixos da justiça de transição.....	98
2 Memorialização na justiça de transição.....	101
3 Memorialização como direito fundamental.....	103
4 Direito à memória x direito ao esquecimento na ditadura militar .....	105
5 Marcas da memória .....	107
6 Memória do autoritarismo em Portugal.....	111
7 Comissão nacional da verdade e reconciliação do Chile.....	112
8 Comissão da verdade em Kosovo.....	116
Conclusão .....	117
Referências bibliográficas .....	118

## **CAPÍTULO 6**

**Luciano Meneguetti Pereira**

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA, A LEI DE ANISTIA E UMA FALACIOSA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO AINDA INACABADA NO BRASIL .....	123
Introdução .....	123
1 Reminiscências históricas: a ditadura brasileira.....	126
1.1 A ditadura, os anos de chumbo, a violência e a tortura como política de Estado .....	128

1.2 A luta pelos direitos humanos fundamentais injustamente ceifados pelo regime ditatorial.....	132
2 A lei da anistia brasileira e seus contornos objetivos.....	133
2.1 Reflexões sobre a Lei n. 6.683/79 (Lei de Anistia).....	135
3 A justiça de transição ainda inacabada no Brasil e a necessidade de um ponto final.....	138
3.1 Alguns aspectos conceituais sobre a justiça de transição.....	138
3.2 Por uma verdadeira justiça de transição no Brasil.....	140
Conclusão.....	147
Referências.....	149

## **CAPÍTULO 7**

**Luis Gustavo Liberato Tizzo**

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DITADURAS DO BRASIL E DA ARGENTINA.....	153
Introdução.....	153
1 Do estado e do totalitarismo.....	154
1.1 Da ditadura brasileira de 1964 a 1985.....	157
1.2 Da ditadura argentina de 1976 A 1983.....	165
2 Da justiça de transição a partir da experiência dos dois regimes em estudo.....	169
Conclusão.....	174
Referências.....	176

## **CAPÍTULO 8**

**Thomaz Jefferson Carvalho**

LEI DE ANISTIA BRASILEIRA COMO ÓBICE AO ACESSO À JUSTIÇA E O PAPEL DA CORTE INTERAMERICANA.....	179
1 Considerações iniciais.....	179
2 Justiça de transição em prol da vítima e seu acesso à justiça.....	180
3 Lei de anistia como óbice para efetivação do acesso à justiça.....	185
4 O papel da corte interamericana de direitos humanos frente à anistia brasileira.....	187
Considerações finais.....	188
Referências.....	189

## **CAPÍTULO 9**

**Thiago Carvalho Borges**

REGIME DE TRANSIÇÃO VS. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA (IN)APLICABILIDADE DAS LEIS DE ANISTIA NOS ESTADOS LATINOAMERICANOS À LUZ DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	191
Introdução.....	191

1	Leis de anistia .....	192
1.1	Caso Argentino .....	193
1.2	Caso Peruano.....	194
1.3	Caso Uruguaio.....	194
1.4	Caso Salvadorenho .....	194
1.5	Caso Chileno.....	195
1.6	Caso Brasileiro.....	196
2	Posição do sistema Interamericano de proteção aos direitos humanos..	196
2.1	Posição da Comissão .....	196
2.1.1	Argentina.....	196
2.1.2	Peru.....	197
2.1.3	Uruguai.....	197
2.1.4	El Salvador.....	198
2.1.5	Chile.....	198
2.1.6	Brasil.....	199
2.2	Posição da Corte .....	199
2.2.1	Peru.....	199
2.2.2	Chile.....	200
2.2.3	Brasil.....	201
2.2.1	Uruguai.....	202
3	Resposta dos países à atuação do SIPDH .....	202
3.1	Argentina .....	202
3.2	Peru.....	203
3.3	Uruguai .....	204
3.4	El Salvador.....	204
3.5	Chile .....	205
3.6	Brasil .....	205
4	Considerações críticas.....	206
	Conclusões.....	209
	Bibliografia.....	210